

INTRODUÇÃO

MODELOS DE TEORIA CRÍTICA

Marcos Nobre

Desde seu marco inaugural, com a obra de Karl Marx (1818-1883), a Teoria Crítica se caracteriza por polemizar com duas maneiras tradicionais de compreensão da sociedade: o pensamento chamado de utópico e aquele que, com uma pretensão de neutralidade e objetividade, propõe-se unicamente a descrever o funcionamento do capitalismo. No caso de Marx, esses dois principais adversários teóricos são representados pelos “socialistas utópicos” e pela “economia política”.

Começarei por apresentar as críticas de Marx a essas duas linhas de pensamento, de maneira a alcançar a novidade própria de seu pensamento. Em seguida, buscarei mostrar como esse modo de trabalho polêmico cristalizou a idéia de “modelo crítico” (Nobre 2004), com base na qual se torna possível organizar as diferentes contribuições ao campo crítico conservando seu pluralismo e sua necessidade de permanente renovação. Essas análises são referidas em especial à vertente do campo crítico influenciada pelos escritos de Max Horkheimer (1895-1973), que é a vertente explorada no presente volume e que em alguns círculos ainda é conhecida pelo equivoco nome de “Escola de Frankfurt”.

Contra o utopismo

A partir da segunda metade do século XVIII, nasceram diversas propostas de organizações voluntárias que pretendiam realizar, na escala limitada de uma comunidade, a igualdade e a liberdade prometidas pelas revoluções que derrubaram as ordens feudais. Se, nas sociedades capitalistas reais, a igualdade e a liberdade não se realizavam, seria preciso inventar comunidades nas quais isso fosse possível.

Nasceu daí a versão moderna do socialismo que viria a ser chamado posteriormente de “utópico”, no qual se desenham sociedades ideais baseadas em

princípios morais e políticos de igualdade e de liberdade. Charles Fourier (1772-1837), por exemplo, imaginou pequenas comunidades com um número máximo de trabalhadores associados, em que as paixões humanas pudessem ser colocadas a serviço do desenvolvimento de cada indivíduo e do conjunto da coletividade. Era a proposta de constituição de associações voluntárias à margem do sistema capitalista, que então se consolidava, e do Estado-Nação, que se estabelecia como forma política exclusiva de organização.

Sem desmerecer a importante contribuição desses primeiros pensadores utópicos sobre o capitalismo, Marx pretendeu mostrar que essas posições atacavam problemas reais, mas ofereciam para eles soluções abstratas e descoladas da realidade concreta. Para ele, o fato mesmo de ter surgido a idéia do socialismo, da constituição de uma sociedade de homens livres e iguais, não se devia à cabeça deste ou daquele pensador, era o resultado de um desenvolvimento histórico concreto que já a havia tornado possível.

Para Marx, o socialismo permaneceu apenas uma idéia até que o capitalismo se desenvolveu o suficiente (na primeira metade do século XIX) para mostrar que a sociedade socialista não tinha surgido apenas na cabeça de alguns, que tinha raízes na própria realidade social do capitalismo, que o socialismo poderia surgir de dentro do sistema capitalista. Com a consolidação da produção industrial em massa, constituiu-se também uma força política interna ao sistema, capaz de destruir o capitalismo e instaurar o socialismo: o operariado. Nesse momento em que a realização do socialismo se torna possível a partir da própria organização social capitalista, continuar a insistir em propostas utópicas deixa de ter um caráter progressista para se transformar em mera ideologia.

A Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa libertaram o desenvolvimento da indústria, do comércio e das instituições políticas, sociais e jurídicas capitalistas das amarras da dominação feudal. Para Marx, as condições para essas duas revoluções foram produzidas no interior da própria ordem feudal anterior. Essas condições permitiram que a ação política revolucionária fosse possível, mas as revoluções não libertaram apenas o desenvolvimento capitalista. Libertaram também os germes de uma sociedade socialista. Do mesmo modo como o capitalismo nasceu do feudalismo, também o socialismo poderá nascer do interior do próprio capitalismo. Para Marx, o capitalismo nunca poderá realizar a igualdade e a liberdade que promete. Só o socialismo poderia realizar efetivamente esses ideais, em nome dos quais foram feitas as revoluções capitalistas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, Marx considera que imaginar sociedades ideais em uma prancheta é não apenas colaborar para a perpetuação da

ordem vigente, mas também uma posição conservadora, distante da realidade das ações políticas concretas que podem efetivamente transformar o mundo. Marx insiste em que pretende encontrar o novo mundo socialista na crítica ao mundo velho do capitalismo, insiste em que os princípios do novo mundo têm de ser desenvolvidos com base nos princípios do mundo existente. É o entendimento concreto do funcionamento do capitalismo e a apresentação dos potenciais de resistência e de emancipação nele presentes que podem mostrar o caminho da teoria e da prática, da compreensão da realidade e de sua transformação.

Isso significa dizer que é preciso produzir um diagnóstico, uma compreensão do capitalismo abrangente o suficiente para conter não apenas o entendimento de seu funcionamento, mas também os elementos destrutivos contidos nesse funcionamento, os elementos que permitem entrever a possibilidade de destruição do capitalismo e a instauração do socialismo. O socialismo não é apenas uma idéia. Resulta de processos sociais concretos que têm de ser analisados e compreendidos. Esses processos sociais são os portadores da nova ordem possível, de modo que teoria e prática têm de estar unidas no pensamento e na ação. Dito de outra maneira, a teoria de Marx é crítica da sociedade capitalista e a prática do proletariado é transformadora das relações sociais capitalistas.

Exemplo disso é justamente a crítica que Marx dirigiu ao pensamento utópico. Um primeiro momento dessa crítica diz que o pensamento utópico atrapalha a verdadeira transformação. Já no século XIX, Marx produz o diagnóstico de que o capitalismo é um modo de produção que organiza o conjunto da sociedade e que vai se tornar mundial, que vai abarcar todo o globo. Como afirma o *Manifesto comunista*, de Marx e Friedrich Engels (1820-1895), publicado em 1847, o que distingue a época burguesa é uma “subversão contínua da produção”, um “abalo constante de todo o sistema social”. Com isso, “dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas”: “Tudo o que era sólido e estável desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado” (Marx e Engels s.d., p. 24). Esse diagnóstico de uma permanente expansão do capitalismo e de um permanente revolucionamento das relações sociais mostra que a pretensão utópica de uma organização à margem do sistema capitalista é impossível.

Mas Marx vai ainda mais longe. Não apenas afirma que qualquer tentativa de se organizar fora do sistema capitalista para resistir a ele está fadada ao fracasso, como mostra também que essas tentativas tiram o foco das reais possibilidades de construção do socialismo. Por isso, o segundo momento da crítica ao utopismo diz que o futuro do socialismo está inextricavelmente ligado ao pleno desenvolvimento

do próprio capitalismo. Só o pleno desenvolvimento do capitalismo permite que o proletariado venha a se organizar para destruí-lo. Só o pleno desenvolvimento do capitalismo poderá mostrar as suas fissuras e rachaduras internas, no interior das quais a ação política revolucionária deve se instalar para instaurar o socialismo.

Vemos então que a crítica de Marx às propostas utópicas se concentra na idéia de que são construções de pensamento abstratas, que não levam em conta os condicionamentos históricos do próprio pensamento nem as condições concretas em que se dá a ação dos homens. Considerar as condições históricas concretas significa, portanto, compreender o funcionamento do capitalismo e compreender a posição que nele ocupa o sujeito concreto que pode levar a cabo a destruição desse sistema e a instauração do socialismo, o proletariado. A proposta crítica de Marx se estrutura, assim, segundo uma compreensão do capitalismo fundada na possibilidade concreta de sua superação: ao procurar no velho (o capitalismo) os germes do novo (o socialismo), ancora a possibilidade de o novo vir a se realizar nas ações concretas de um sujeito social coletivo e não de uma fabulação abstrata de pensamento.

Os vetores da ação transformadora encontram-se em um diagnóstico do capitalismo que conjuga tanto a lógica interna de funcionamento do sistema como o movimento operário que se organiza para resistir à dominação capitalista e eliminá-la. Nos dois momentos de crítica ao pensamento utópico mencionados anteriormente, os elementos de diagnóstico eram: 1. o capitalismo é um modo de produção que tende a se expandir até os limites do globo, um modo de produção que tende a abarcar o conjunto das relações sociais, de tal maneira que não há como escapar a sua lógica; 2. a posição que o proletariado e o movimento operário ocupam nesse sistema é uma posição de resistência e oposição a essa forma de dominação. Esses elementos de diagnóstico são vetores para ação, pois mostram: 1. que não há como se organizar fora do sistema capitalista; 2. que o pleno desenvolvimento do capitalismo abre, na verdade, o caminho para o socialismo, pois carrega dentro dele o germe de sua própria destruição.

A perspectiva de emancipação da dominação que caracteriza a Teoria Crítica inaugurada por Marx não é, portanto, um “ideal”, meramente imaginado pelo teórico, mas uma *possibilidade real*, inscrita na própria lógica social do capitalismo. É decisiva para a Teoria Crítica a análise das estruturas sociais reais em que estão inscritos tanto os potenciais de emancipação quanto os obstáculos concretos a sua efetivação. Pelo contrário, o delineamento de tendências do desenvolvimento histórico ganha uma extraordinária importância tanto com relação ao diagnóstico do tempo presente baseado na lógica do capital – lógica que é estruturante do conjunto da sociedade capitalista – como com relação aos prognósticos que podem

ser derivados desse diagnóstico. É com base nas tendências estruturais da lógica social do capitalismo e no exame dos arranjos históricos concretos em que essa lógica se expressa – com base no diagnóstico do presente, portanto – que se desenham as perspectivas do sentido do desenvolvimento histórico – os prognósticos, em suma – que orientam o sentido das ações transformadoras por empreender.

Isso significa que esse diagnóstico do presente não pode ser produzido em vista apenas da compreensão de como *funciona* a sociedade capitalista. Tem de ser produzido em vista da plena realização da liberdade e da igualdade, realização que é impedida concreta e cotidianamente pela lógica mesma da produção capitalista. O diagnóstico do presente tem de ser produzido em razão das possibilidades de libertação da dominação do capital, à luz da emancipação possível que o capitalismo carrega dentro de si. Por isso, a teoria tem de estar em união com a prática transformadora que lhe dá seu pleno sentido.

A crítica da economia política

Os socialistas utópicos foram criticados por Marx por não ancorarem sua teoria e sua prática na realidade concreta do tempo presente e suas determinações. Mas também aqueles que pretendem unicamente compreender como *funciona* o sistema capitalista receberam a crítica de Marx, por não serem capazes de situar historicamente as suas próprias teorias, por não compreenderem que teorias correspondem sempre a determinadas atitudes diante da dominação existente. Com consciência ou não disso, esses pensadores servem à perpetuação do capitalismo e, nessa medida, colaboram para impedir a realização de uma liberdade e de uma igualdade concretamente possíveis.

O que não significa, entretanto, que não seja possível aprender muito com suas análises. Alguns deles foram particularmente importantes para a elaboração do diagnóstico do tempo presente do próprio Marx. Refiro-me aqui particularmente à chamada “economia política clássica”, cujos mais destacados expoentes foram Adam Smith e David Ricardo. Marx baseou-se nos resultados a que chegaram para mostrar não apenas o seu alcance e relevância, mas também sua parcialidade e limitação.

Marx afirma que, ao procurarmos compreender a sociedade capitalista como sociedade produtora de mercadorias, a primeira grande questão que defrontamos é a de saber qual é o *padrão*, qual é a *medida* da troca. Na formulação clássica de

Adam Smith (1723-1790), trata-se de “examinar quais são as normas que *naturalmente* as pessoas observam ao trocar suas mercadorias por dinheiro ou por outras mercadorias. Essas regras determinam o que se pode denominar valor relativo ou valor de troca dos bens” (Smith 1984, p. 61).¹

E a resposta ao problema levantado vem logo no início do capítulo seguinte (*ibid.*, p. 63):² “Não foi por ouro e prata, mas pelo trabalho, que foi *originalmente* comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar”. Essa é a questão inaugural da economia política, que Marx sempre fez questão de distinguir do que ele chamou de economia vulgar, que não vai além da mera aparência, que não vai além da superfície dos fenômenos.

A questão do critério da troca, ou, em termos mais precisos, do valor de troca, é respondida por Adam Smith pela referência ao trabalho ou, mais precisamente, à quantidade de trabalho cristalizada nos produtos. Mas essa referência é suficiente? Nossa própria experiência cotidiana mostra que o valor de troca, ou seja, a proporção quantitativa em que são trocados os produtos, é contingente, variando no tempo e no espaço. Como a referência ao trabalho pode resolver esse problema?

Para responder a essa pergunta, temos de avançar um pouco no tempo e considerar a obra de outro economista que, sucessor de Adam Smith, foi também referência fundamental para a obra de Marx: David Ricardo (1772-1823). Mas a especificidade da solução de Marx aponta ainda para além de Ricardo e mostra já os elementos de uma *crítica da economia política* (o subtítulo de *O Capital* é justamente *Para a crítica da economia política*), elemento fundamental que será examinado mais adiante.

O valor de troca de *uma* mercadoria em particular pode ser inteiramente relativo, mas, a partir do momento em que *duas* mercadorias se relacionam em uma determinada proporção, pressupõe-se necessariamente um *tertius*, um terceiro membro da equação: uma *medida comum*. Essa medida comum é o valor de uma mercadoria. Mas dizer simplesmente que essa medida comum, o valor, tem como base o “trabalho” não resolve o problema. É preciso, adicionalmente, apresentar as determinações próprias do trabalho em sua encarnação na unidade mais elementar

-
1. O grifo de “naturalmente” é meu. Adiante, farei um comentário breve sobre isso.
 2. O grifo em “originalmente” é meu e tem o mesmo sentido do grifo anterior.

da riqueza capitalista, a mercadoria, e, posteriormente, em todas as formas mais complexas dessa riqueza, o dinheiro e o capital.

Além de sua utilidade, uma mercadoria é, antes de qualquer outra coisa, um produto para-ser-trocado, e, nesse sentido, remete necessariamente ao conjunto da produção social. Como diz Marx (1982, p. 154):

Para produzir uma *mercadoria*, não só se tem de criar um artigo que satisfaça a uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem de estar subordinado à *divisão do trabalho dentro da sociedade*.

Dito de outra maneira, o trabalho, como *substância* do valor, é trabalho social. Como medimos a grandeza desse valor, o valor relativo de uma mercadoria? Por meio do *tempo* de trabalho. Entretanto, sendo esse trabalho trabalho *social*, está claro que esse tempo não é o do produtor individual, mas tempo de trabalho *socialmente necessário*. Porém, se é assim, temos de admitir também que as mercadorias são sempre vendidas pelo seu valor, pois, do contrário, o valor já não poderia ser padrão de medida de coisa alguma.

Admitir isso, entretanto, coloca-nos diante de uma outra questão clássica da economia política: se todas as mercadorias são vendidas pelo seu valor, de onde provém o lucro? Marx pretende ser o primeiro a fornecer uma resposta adequada ao problema, cuja formulação é a seguinte:

Para explicar o *caráter geral do lucro* não tereis outro remédio ser.ão partir do teorema de que as mercadorias *se vendem*, em média, pelos *seus verdadeiros valores* e que os lucros *se obtêm vendendo as mercadorias pelo seu valor*, isto é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado. Se não conseguirdes explicar o lucro sobre essa base, de nenhum outro modo conseguireis explicá-lo. (*Ibid.*, p. 158)

Para retomar o raciocínio: sem a pressuposição de uma substância do valor, torna-se impossível uma ciência econômica. Mantendo-se a pressuposição em sua versão ricardiana, torna-se impossível explicar a origem do lucro, que adquire então um caráter misterioso.

Marx sustenta que a natureza do trabalho em uma sociedade produtora de mercadorias pressupõe uma distinção fundamental: aquela entre trabalho e força

de trabalho. A novidade do modo de produção capitalista está em que a atividade produtiva humana se transformou em mercadoria, possuindo um valor, sendo algo que pode ser comprado ou vendido. O que interessa ao capitalista é a capacidade de produzir novas mercadorias pela utilização de força de trabalho. Mas como se determina o valor da força de trabalho? Da mesma maneira como se determina o de qualquer outra mercadoria: somando-se as quantidades de trabalho contidas nos produtos que a compõem. No caso da força de trabalho, trata-se da quantidade de meios de subsistência necessários à manutenção e reprodução da força de trabalho, além de uma série de outras coisas, como a manutenção dos filhos e os valores gastos no desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico da força de trabalho, por exemplo.

De que serve, entretanto, mostrar a transformação da atividade humana produtiva em mercadoria para a explicação da origem do lucro? Ora, entre outras coisas, a distinção entre trabalho e força de trabalho tem pressupostos históricos: o trabalhador foi despojado da terra e dos meios de produção e, para trabalhar, precisa recorrer aos meios de produção em propriedade do capitalista. O resultado dessa separação histórica de trabalho e força de trabalho é o seguinte: a força de trabalho em ação, exercida em meios de produção de propriedade do capitalista (o trabalho, em uma sociedade capitalista, é essa junção de força de trabalho como mercadoria e meios de produção em poder do capitalista), é capaz de obter um produto de *maior valor* do que o valor que a força de trabalho lhe acrescenta como mercadoria. Ou seja, o trabalho humano tem a peculiaridade de agregar mais-valor à mercadoria do que o simples custo de reprodução da força de trabalho. Assim, o lucro resulta da diferença entre o valor da força de trabalho como mercadoria (dado pelo seu custo de reprodução) e a capacidade que tem essa mercadoria especial de, em seu uso, produzir um valor maior do que o seu valor de troca. A fonte do lucro encontra-se, portanto, nessa *mais-valia* extraída da força de trabalho e apropriada pelo capitalista.

Foi opondo-se àquele “naturalmente” do texto de Adam Smith, citado anteriormente, que Marx conseguiu desvendar os segredos do modo de produção capitalista. Nas sociedades que antecederam historicamente o capitalismo, Marx observou que a produção era primordialmente produção de objetos úteis, necessários à reprodução do próprio produtor. A troca era apenas ocasional, resultando de um eventual excedente de produtos, que passavam então a ser meios de troca. No capitalismo, ao contrário, os produtos não se destinam ao uso do produtor, mas à *troca no mercado*. Eles são produtos para-serem-trocados. Não há uma regulação direta da produção, mas uma regulação indireta, dada pela troca que vincula os produtores individuais. Isso só se torna possível, por sua vez, quando a

troca passa a ser um fenômeno generalizado, quando se multiplica a série de equivalentes dos diversos valores de troca. Desse modo, não estamos apenas diante de uma sociedade cujo desenvolvimento técnico é infinitamente superior ao das sociedades que a antecederam, ou seja, uma sociedade que continuaria produzindo da mesma forma, só que com maior eficiência. Estamos diante de uma nova *maneira de produzir*, diante de um novo *modo de produção*.

Com isso, Marx mostrou mais que simplesmente os pressupostos históricos e políticos da economia política. Mostrou que todo resultado teórico está ancorado em contextos históricos determinados e está comprometido com uma maneira determinada de compreender a forma presente de dominação, com uma determinada prática. Mas, ao mesmo tempo, mostrou também que é possível se apropriar de teorias não-críticas para a elaboração de um diagnóstico crítico do presente. Essa maneira de se apropriar dos resultados teóricos de pensadores que não estão comprometidos com a destruição do sistema capitalista é modelar para o campo da Teoria Crítica. O modelo da “Crítica da economia política” serviu de ponto de partida para todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, pretenderam e pretendem levar adiante essa tradição.

Modelos críticos

A Teoria Crítica não pretende apresentar uma “explicação mais adequada” do funcionamento do capitalismo. Pretende entender o tempo presente em vista da superação de sua lógica de dominação. Daí o seu caráter *crítico* justamente: “entender” como “as coisas funcionam” é já aceitar que essas “coisas” são assim e que não podem ser radicalmente de outra maneira.

Por essa razão, é importante enfatizar que a Teoria Crítica não se coloca como “concorrente” das contribuições não-críticas. Ela não pretende ser uma explicação “mais adequada” ou “mais abrangente” do funcionamento do capitalismo. Marx não apresentou uma “teoria econômica”, mas uma crítica das teorias existentes. Essa pretensão de não-concorrência mostra tanto o vínculo das contribuições críticas com as contribuições não-críticas (que são, portanto, o objeto da crítica) como o ponto de vista de onde as examina.

Não cabe à teoria limitar-se a dizer como as coisas *funcionam*, mas sim analisar o funcionamento concreto das coisas à luz de uma *emancipação* ao mesmo tempo *concretamente possível e bloqueada* pelas relações sociais vigentes. Com isso, é

a própria perspectiva da emancipação que torna possível a teoria, pois é essa perspectiva que abre pela primeira vez o caminho para a efetiva compreensão das relações sociais. Sem a perspectiva da emancipação, permanece-se no âmbito das ilusões reais criadas pela própria lógica interna da organização social capitalista. Dito de outra maneira, é a orientação para a emancipação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, o que permite pela primeira vez a constituição de uma teoria em sentido enfático.

Se, portanto, a orientação para a emancipação está na base da teoria, como o que confere sentido ao trabalho teórico, a teoria não pode se limitar a *descrever* o mundo social, tem de examiná-lo da perspectiva da distância que separa o que existe das possibilidades melhores nele embutidas e não realizadas, vale dizer, à luz da carência do que é diante do melhor que pode ser. Nesse sentido, a orientação para a emancipação exige que a teoria seja expressão de um comportamento crítico relativamente ao conhecimento produzido em condições sociais capitalistas e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender.

Esses princípios norteadores da Teoria Crítica não são introduzidos “de fora” pelo teórico, são princípios inscritos na realidade presente das relações sociais. É esse ponto de vista que permite identificar as tendências estruturais do desenvolvimento histórico e seus arranjos concretos da perspectiva das *potencialidades* e dos *obstáculos* à emancipação. Esses dois princípios fundamentais da Teoria Crítica, herdados de Marx, ao mesmo tempo em que caracterizam o campo crítico, demarcam negativamente esse campo, já que excluem dele tanto os teóricos “utópicos” como também aqueles que pretendem ser possível simplesmente “descrever o funcionamento” da produção capitalista, sem considerar que essa atitude já implica um posicionamento determinado em favor da dominação existente.

O que distingue a perspectiva crítica é justamente o seu ancoramento real na sociedade, um ancoramento intimamente relacionado com a produção de diagnósticos do tempo. É uma característica marcante da Teoria Crítica a sua permanente renovação, a sua permanente capacidade de analisar o momento histórico presente. Nesse sentido, quem quer que continue a repetir hoje como verdade inabalável o diagnóstico de Marx, por exemplo, deixa de ser crítico, pois o essencial é que se seja capaz de produzir novos diagnósticos do tempo da perspectiva teórica e prática inaugural de Marx. Repetir como verdade o que Marx ou qualquer outro teórico crítico do passado afirmaram é cair no dogmatismo que a Teoria Crítica busca a todo custo evitar.

Dito de outra maneira, a Teoria Crítica só tem vida e interesse se for permanentemente reformulada e repensada em vista de novas condições históricas.

Nesse sentido, cada reformulação de cada pensadora ou pensador, em cada uma das fases de sua obra, constitui um modelo crítico autônomo, ainda que pertencente a um campo teórico comum. A idéia de "modelo crítico" pretende ressaltar que não há teses determinadas, com conteúdos fixos, a que alguém tenha de aderir se quiser fazer parte do campo crítico.

Este livro se propõe a formular e a testar a possibilidade de organizar autores e períodos diferentes dessa vertente intelectual segundo *modelos críticos* que permitam tanto distinguir autores e períodos de suas obras uns dos outros como manter a referência a uma matriz teórica comum, com base na qual se torna possível dizer que são modelos de uma mesma tradição crítica.

Por isso, são apresentados aqui diferentes modelos de Teoria Crítica como reformulações sucessivas dos princípios fundamentais que demarcam esse campo intelectual, tanto em sentido amplo como no sentido restrito dos modelos que se baseiam nas formulações de Horkheimer nos anos 1930. Examinar a tradição da Teoria Crítica, entretanto, não pode se limitar a apresentar modelos críticos já formulados e estudados, há também a tarefa de tentar entender como as contribuições atuais procuram produzir novos modelos críticos baseados em novos diagnósticos do tempo e novas formulações dos princípios fundamentais da Teoria Crítica.

Para realizar essa tarefa, as disciplinas do conhecimento tais como as conhecemos hoje parecem por demais especializadas. Ao mesmo tempo, não é possível abrir mão do conhecimento especializado para compor diagnósticos do tempo e, apoiando-se neles, apontar tendências de desenvolvimento histórico que podem informar a ação. É por isso que, desde os anos 1930, a Teoria Crítica se propõe explicitamente a produzir conhecimento em um processo de colaboração entre as disciplinas. Uma das marcas importantes do campo crítico é a sua proposta de trabalho interdisciplinar.

E esse trabalho interdisciplinar é possível não apenas porque os diversos colaboradores se colocam em um mesmo campo teórico, demarcado pelos princípios norteadores da Teoria Crítica, mas também e simultaneamente porque colaboram com um objetivo comum, o de produzir um diagnóstico do tempo capaz de fornecer uma compreensão acurada e complexa do momento histórico e de suas potencialidades emancipatórias. É nesse sentido que colaboram economistas, cientistas sociais, historiadores, psicólogos, teóricos do direito, da política e da literatura, filósofos e críticos de arte.

E é essa colaboração e essa tentativa de compor o diagnóstico do tempo mais plausível e adequado que podemos encontrar em cada uma das produções teóricas

atuais da Teoria Crítica. Ao examinar a condição feminina na sociedade capitalista, por exemplo, as contribuições críticas pretendem compreender essa condição de uma perspectiva muito mais ampla do que a de especialistas em questões de gênero. Ao propor, a cada vez, novas categorias explicativas para os fenômenos de desintegração social e de alienação, as contribuições críticas têm em conta as mudanças na economia e no direito, na sociedade e na política. Ao tentar pensar a psicanálise como um elemento de decisiva importância para a compreensão das patologias, a Teoria Crítica irá pensar o viés psicanalítico sempre e ao mesmo tempo como teoria social, de tal modo que os elementos psíquicos não sejam abstraídos de sua inserção na sociedade, mas pensados segundo sua lógica social própria.

Essas observações pretendem mostrar também que a idéia mesma de modelo crítico está estreitamente ligada a arranjos disciplinares determinados. Podemos compreender cada modelo crítico não apenas em sua tentativa de produzir o diagnóstico do tempo mais abrangente e preciso possível, mas também na constelação disciplinar que põe em prática a cada vez. Se o modelo original de Marx colocou a economia política no centro desses arranjos disciplinares, o presente livro mostra que essa não é a única constelação possível. Pelo contrário, pretendemos mostrar aqui que a prática da interdisciplinaridade é tão diversa quanto diversos são os diagnósticos do tempo e os modelos críticos. E mostra que, dentre os muitos desafios para compreender o momento atual, o de encontrar novas relações produtivas entre as diferentes disciplinas é talvez o mais premente. Para isso, investigar a riqueza do passado da Teoria Crítica é tão importante quanto manter os olhos abertos e atentos para as transformações do presente.

Referências bibliográficas

- MARX, K. (1982). "Salário, preço e lucro". São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Economistas)
- MARX, K. e ENGELS, F. (s.d.). "Manifesto comunista". In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega.
- NOBRE, M. (2004). *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SMITH, A. (1984). *A riqueza das nações*. Cap. IV. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Economistas)